

Relatório Final

Petição n.º 52/XIV/1

**Relator: Deputado
José Rui Cruz (PS)**

**1.º Peticionário:
Manuel de Sousa e
Silva**

**N.º de assinaturas:
4.503**

ÍNDICE

- I. Nota Prévia**
- II. Objeto da Petição**
- III. Análise da Petição**
- IV. Diligências Efetuadas**
- V. Opinião do Relator**
- VI. Conclusões e Parecer**

I – Nota Prévia

A petição 52/XIV/1, cuja primeiro peticionário é Manuel de Sousa e Silva, com 4.503 assinaturas, deu entrada na Assembleia da República em 12 de março de 2020, tendo baixado à Comissão Parlamentar de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação em 18 de março de 2020.

Na reunião ordinária da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação de 21 de abril de 2020, após apreciação da respetiva nota de admissibilidade, a petição foi admitida por unanimidade e nomeado relator o Deputado signatário.

II – Objecto da Petição

Os peticionários vêm reivindicar a requalificação urgente da Estrada Nacional 16 entre as Termas de S. Pedro do Sul e Vouzela, dada a insegurança e perigosidade da via, que “tem um traçado bastante sinuoso, com curvas de grau muito acentuado, em alguns locais com risco de derrocada e, devido ao seu intenso movimento, a EN16 compromete diariamente a segurança das pessoas, sendo local de numerosos acidentes, inclusive com vítimas mortais”.

Os peticionários alertam para o facto de no trajeto entre as Termas de S. Pedro do Sul e Vouzela esta estrada ser o único acesso “das populações do concelho de S. Pedro do Sul à Autoestrada A25 e às principais cidades do país, Coimbra, Porto e Lisboa”.

Os peticionários alertam ainda para os efeitos nefastos que esta situação traz para o turismo, em particular para o turismo termal, uma vez que esta estrada é a única via possível de quem vem do litoral, sejam os aquistas, sejam outros turistas que “pretendam usufruir da paisagem, da gastronomia ou das unidades

de alojamento da região, que, no seu todo, constituem a maior capacidade hoteleira do distrito de Viseu”.

III – Análise da Petição

Estão preenchidos os requisitos formais e de tramitação previstos nos artigos 9.º e 17.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto – Exercício do Direito de Petição -, na redação dada pelas Leis n.os 6/93, de 1 de março, 15/2003, de 4 de junho, 45/2007, de 24 de agosto, e 51/2017, de 13 de julho.

IV – Diligências efectuadas

a) Audição de Peticionários

No dia 23 de setembro de 2020, pelas 14:00 horas, procedeu-se à audição dos peticionários Manuel de Sousa e Silva (1º Peticionário), Pedro Mouro (Vice-Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul), Rui Ladeira Pereira (Presidente da Câmara Municipal de Vouzela).

Estiveram presentes os Srs. Deputados: Relator, José Rui Cruz (PS), Pedro Alves (PSD), Isabel Pires (BE).

O Deputado Relator, José Rui Cruz, deu as boas vindas saudando os peticionários e informando os tempos regimentais em que decorreria a audição.

Dada a palavra aos Peticionários:

O peticionante Pedro Mouro, Vice-presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, reforçou os argumentos explanados no texto da petição, começando por dizer que o projeto de requalificação da Estrada Nacional 16, no troço que liga as Termas de S. Pedro do Sul a Vouzela já se arrasta há demasiado tempo e não obstante este troço se encontrar maioritariamente no concelho de Vouzela é muito utilizado para quem se desloca para as Termas de S. Pedro

do Sul. Referiu também que o troço em causa tem uma extensão de 1,7 km sendo as Infraestruturas de Portugal responsável pela sua requalificação.

O peticionante Manuel Silva reiterou a urgência da requalificação do troço em causa, informando que tem 13 curvas altamente sinuosas, sendo um percurso muito utilizado diariamente por veículos de transportes de mercadorias, essenciais ao desenvolvimento económico da região, na medida em que transportam produtos e mercadorias de e para Vouzela e S. Pedro do Sul.

O peticionante evidenciou ainda a ocorrência de acidentes mortais como mais uma causa para a urgência de requalificação da estrada.

Por último, o peticionante Rui Ladeira Pereira chamou a atenção para o facto de, no mesmo ano civil, Vouzela ter duas estradas nacionais encerradas, uma delas a Estrada Nacional 228, que já se encontra encerrada há nove meses, e que liga a diversos pontos essenciais para a região, como Tondela e Viseu, a São Pedro do Sul.

Usaram da palavra os Srs. Deputados:

- Pedro Alves (PSD)

- Cumprimentou os peticionantes, dizendo compreender as suas preocupações e afirmando que o PSD acompanhava as reivindicações de que a requalificação do troço é imperiosa não só por motivos de segurança como também económicos e turísticos.

- Afirmou que o projeto de requalificação do troço em causa consta do plano de atividades das Infraestruturas de Portugal, pelo menos desde 2015, e que ainda não se avançou por motivos de desorçamentação daquele Instituto, sendo por isso necessário executar os planos estabelecidos.

- Perguntou, do ponto de vista dos peticionários, o que seria necessário para que o plano de requalificação do troço fosse executado, uma vez que já consta no plano de atividades das I.P.

- Isabel Pires (BE)

- Cumprimentou os peticionários afirmando que há várias estradas do interior do país que necessitam de requalificação urgente e que o BE tem vindo a alertar o Governo para essas situações e assim continuará a fazê-lo.

- Evidenciou a necessidade de requalificação do troço em causa, nomeadamente por motivos de coesão territorial da região, que facilita a captação de investimentos e a criação de condições para que as regiões do interior tenham melhores acessos aos serviços públicos para desenvolverem as suas condições económicas e sociais em pé de igualdade com as restantes regiões do país.

- Perguntou, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vouzela, o que os municípios têm feito, até ao momento, para melhorar esta via e se já tinham entrado em contacto com as Infraestruturas de Portugal e em caso afirmativo, qual a resposta.

José Rui Cruz (PS)

- Afirmou que este assunto tem merecido preocupação e atenção por parte do PS que está consciente que a requalificação desta estrada é indispensável ao bom acesso à região.

- Disse que, na opinião do PS, não se justifica que ainda não tenha havido acordo relativamente ao troço em discussão entre as Câmaras Municipais envolvidas e as I.P.

- Perguntou se já tinha havido reuniões com as I.P. e com o Governo no sentido de propor a «desclassificação» daquele troço da estrada e a sua entrega às Câmaras Municipais.

- Assinalou ainda o transtorno diário que o corte da Estrada Nacional 288, que decorre já há 9 meses, traz para as populações, pelo que se impõe uma

solução urgente para colmatar os acessos deficitários a S. Pedro do Sul e Vouzela. Neste sentido, disse que irá tentar perceber junto do Governo quais os motivos para que as obras naquela estrada se arrastem há tanto tempo, disponibilizando-se para ser o interlocutor.

Dada novamente a palavra aos peticionantes, esclareceram algumas questões levantadas pelos Grupos Parlamentares:

- O Vice-Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, Pedro Mouro, informou que os municípios têm realizado algumas reparações, dando como exemplos a limpeza do talude, após a sua cedência em 2019, realizada pelo município de S. Pedro do Sul ou a sinalização nas estradas nacionais, na área de influência de Vouzela, que tem sido praticamente executada por aquele município.

- Referiu que já se realizaram reuniões de trabalho com os Secretários de Estado com a tutela das infraestruturas, quer do anterior governo quer do atual, nas quais foi discutido o plano de intervenção para a Estrada Nacional 16.

- Por último, chamou a atenção para o facto de os municípios da região, em particular o município de Vouzela, não excluírem a possibilidade de gerirem o troço em apreço, desde que o mesmo seja desclassificado e requalificado antes da sua entrega aos municípios, dada a limitação de recursos dos mesmos.

Link da audição:

- [áudio](#)
- [relatório](#)

b) Pedido de informação

Em 10 de julho de 2020 a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação dirigiu um ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, a solicitar a tomada de posição sobre a matéria objeto da presente Petição, junto do membro do Governo competente, o Ministério das Infraestruturas e Habitação.

Até ao momento a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação ainda não recebeu resposta à solicitude supramencionada.

V – Opinião do Relator

Sendo a opinião do Relator de elaboração facultativa, nos termos do artigo 137.º do Regimento, o Deputado Relator do presente parecer exime-se, nesta sede, de manifestar a sua opinião política sobre a iniciativa em análise, remetendo a mesma para a Reunião Plenária.

VI - Conclusões e Parecer

Por tudo o exposto, a Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação emite as seguintes conclusões e parecer:

1. O objeto da petição é claro e está bem especificado, encontrando-se devidamente identificados os peticionários. Acresce que, encontram-se preenchidos os demais requisitos formais e de tramitação previstos no artigo 9.º e 17.º da Lei de Exercício do Direito de Petição.
2. Face ao número de subscritores (4.503) é obrigatória a apreciação da presente petição em Plenário – cfr. artigo 24.º, n.º 1, alínea a) da LDP – e respetiva publicação em Diário da Assembleia da República – cfr. artigo 26.º, n.º 1, alínea a).

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

3. Nos termos do artigo 17.º, n.º 11 da LDP, o presente Relatório deverá ser remetido ao Sr. Presidente da Assembleia da República.
4. Ao abrigo do artigo 19.º da LDP deverá a Comissão remeter cópia da petição e deste relatório a sua Excelência o Ministro das Infraestruturas e Habitação, aos Grupos Parlamentares e aos Peticionários.

Palácio de S. Bento, 28 de outubro de 2020.

O Deputado Relator



(José Rui Cruz)

O Vice-Presidente da Comissão



(Pedro Coimbra)